



DIÁRIO

da Assembleia da República

I LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1977-1978)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 1978

(Visita do Presidente do Parlamento Europeu)

Presidente: Ex.^{ma} Sr. Vasco da Gama Fernandes

Secretários: Ex.^{mas} Srs. Alfredo Pinto da Silva

José Gonçalves Sapinho

Maria José Paulo Sampaio

José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 17 horas e 10 minutos.

Usou da palavra o Sr. Presidente, saudando o Sr. Presidente do Parlamento Europeu e tecendo considerações sobre a inserção de Portugal na Europa.

Usou em seguida da palavra o Sr. Presidente do Parlamento Europeu, sublinhando a solidariedade dos povos da Comunidade Económica Europeia em relação ao pedido de adesão de Portugal à referida Comunidade e fazendo votos pelo estabelecimento de uma estreita cooperação entre os Parlamentos Português e Europeu.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 18 horas e 5 minutos.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 16 horas e 55 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Adelino Teixeira de Carvalho.
Agostinho Martins do Vale.
Alfredo Fernando de Carvalho.
Alfredo Pinto da Silva.
Amadeu da Silva Cruz.
António Barros dos Santos.
António Chaves Medeiros.
António Fernandes da Fonseca.
António Jorge Moreira Portugal.
António José Pinheiro Silva.
António Riço Calado.
Armando F. C. Pereira Bacelar.
Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
Benjamim Nunes Leitão de Carvalho.
Carlos Justino Luís Cordeiro.
Carlos Manuel da Costa Moreira.

David dos Santos Silva.
Dieter Dellinger.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Etelvina Lopes de Almeida.
Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes.
Fernando Abel Simões.
Fernando Gomes Vasco.
Fernando João Nogueira de Carvalho.
Fernando Luís de Almeida Torres Marinho.
Fernando Reis Luís.
Florêncio Joaquim Quintas Matias.
Florival da Silva Nobre.
Francisco de Almeida Salgado Zenha.
Francisco António Marcos Barracosa.
Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto.
Francisco Igrejas Caeiro.
Francisco Manuel Marcelo Monteiro Curto.
Henrique Manuel Velez Marques dos Santos.
Herculano Rodrigues Pires.
João Luís Duarte Fernandes.
João Soares Louro.
Joaquim José Catanho de Menezes.
José Ferreira Dionísio.
José Manuel Medeiros Ferreira.
José Maria Parente Mendes Godinho.
José Maximiano de Albuquerque de Almeida Leitão.
Ludovina das Dores Rosado.
Luís José Godinho Cid.
Luís Patrício Rosado Gonçalves.
Manuel Alegre de Melo Duarte.
Manuel Augusto de Jesus Lima.
Manuel do Carmo Mendes.
Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.
Manuel Pereira Dias.

Manuel Tito de Morais.
 Maria Alzira Costa de Castro Cardoso Lemos.
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.
 Maria Teresa Madeira Vidigal.
 Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio.
 Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.
 Pedro Amadeu de Albuquerque dos Santos Coelho.
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.
 Rui António Ferreira da Cunha.
 Serafim Olindo Ramos Bastos.
 Sérgio Augusto Nunes Simões.
 Telmo Ferreira Neto.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.

Partido Social-Democrata (PSD):

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.
 Anatólio Manuel dos Santos Vasconcelos.
 Antídio das Neves Costa.
 António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.
 António Júlio Simões de Aguiar.
 António Luciano Pacheco de Sousa Franco.
 Arcanjo Nunes Luís.
 Artur Videira Pinto da Cunha Leal.
 Carlos Alberto Coelho de Sousa.
 Casimiro Gomes Pereira.
 Fernando José da Costa.
 Francisco Braga Barroso.
 Gabriel Ribeiro da Frada.
 João António Martelo de Oliveira.
 João José dos Santos Rocha.
 João Lucílio Cacela Leitão.
 João Manuel Ferreira.
 João Vasco da Luz Botelho Paiva.
 Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva da Mota.
 José Alberto Ribeiro.
 José Adriano Gago Vitorino.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José António Nunes Furtado Fernandes.
 José Gonçalves Sapinho.
 José Joaquim Lima Monteiro Andrade.
 José Júlio Carvalho Ribeiro.
 José Manuel Meneres Sampaio Pimentel.
 José Rui Sousa Fernandes.
 Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho.
 Manuel Henrique Pires Fontoura.
 Manuel Valentim Pereira Vilar.
 Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Nuno Gil Pires.
 Pedro Manuel da Cruz Roseta.
 Ruben José de Almeida Martins Raposo.
 Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
 Alexandre Correia Carvalho Reigoto.
 Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 António João Pistachini Gomes Moita.
 António Simões da Costa.
 Caetano Maria Dias da Cunha Reis.
 Carlos Martins Robalo.
 Emílio Leitão Paulo.

Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias.
 Henrique José Cardoso Menezes Pereira de Morais.
 João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.
 João José Magalhães Pulido de Almeida.
 João da Silva Mendes Morgado.
 José Manuel Macedo Pereira.
 Luís Estêves Ramires.
 Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.
 Maria José Paulo Sampaio.
 Victor Afonso Pinto da Cruz.

Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 António Marques Matos Juzarte.
 António Marques Pedrosa.
 Cândido de Matos Gago.
 Carlos Hahnemann Saavedra de Aboim Inglez.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Francisco Miguel Duarte.
 Georgete de Oliveira Ferreira.
 Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira.
 Jaime dos Santos Serra.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Joaquim S. Rocha Felgueiras.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 José Cavalheira Antunes.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Manuel Paiva Jara.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Manuel Duarte Gomes.
 Manuel Gonçalves.
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Severiano Pedro Falcão.
 Victor Henrique Louro de Sá.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

Independentes:

António Jorge Oliveira Aires Rodrigues.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 Carlos Galvão de Melo.
 Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.

O Sr. **Presidente:** — Responderam à chamada 151 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 17 horas e 10 minutos.

O Sr. **Presidente:** — Peço a dois representantes de cada um dos grupos parlamentares e ao Sr. Deputado Acácio Barreiros o favor de às 17 horas e 20 minutos estarem à porta principal do Palácio para receberem o Sr. Presidente do Parlamento Europeu.

Para esse efeito, interrompo agora a sessão até às 17 horas e 30 minutos.

Eram 17 horas e 11 minutos.

À entrada do cortejo na Sala, a Assembleia aplaudiu de pé.

Após a entrada do cortejo, o Sr. Presidente do Parlamento Europeu tomou lugar na Mesa e o Sr. Primeiro-Ministro na bancada do Governo, onde já se encontravam os Ministros.

Tomaram também lugar especial na Sala os elementos da comitiva do Parlamento Europeu e do protocolo do Estado.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 17 horas e 40 minutos.

O Sr. Presidente: — Sr. Presidente do Parlamento Europeu, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Srs. Deputados, minhas Senhoras, meus Senhores:

Encontra-se V. Ex.^a, Sr. Presidente, precisamente no seio da representação do povo português.

Após cerca de cinquenta anos de fascismo, e mercê da Revolução de Abril, Portugal retomou a sua vocação histórica de país europeu voltado para os mares e para os continentes que descobriu.

Semelhante situação constituiu, como é habitual, uma extraordinária mutação em todos os quadrantes da vida nacional portuguesa.

Fiéis aos compromissos de honra assumidos, concedemos, como era nosso dever, a independência aos povos de expressão portuguesa, hoje entidades políticas soberanas e válidas, com quem se estreitam cada vez mais os laços de fraternidade, partindo das mesmas raízes, ou seja, a história, a língua e os costumes.

Pelos caprichos do destino, Sr. Presidente, o Portugal de hoje tem quase a mesma configuração territorial da Idade Média e é com esta pequena Pátria que estamos orgulhosamente a desafiar o presente e o futuro.

Inseridos na Europa, é com ela que temos de contar e é dentro dela que se tem de processar a maior parte das nossas problemáticas — esta Europa que tão bem nos compreende e que ocorreu à chamada com desenvoltura e determinação.

Ao receber, Sr. Presidente, a visita de V. Ex.^a e independentemente das homenagens que V. Ex.^a merece pelo seu talento de estadista e ainda pela circunstância de pertencer à comunidade italiana, nossa irmã gêmea numa história comum, independentemente disso, onde se envolve também a nossa gratidão, é a Europa que temos à nossa frente na pessoa de V. Ex.^a e é com V. Ex.^a e com os seus pares de Assembleia que iremos prosseguir na bela aventura da construção de um Portugal novo, de uma Europa generosa e progressiva e na reformulação de um Universo sensível, capaz de resolver os problemas quotidianos de uma evolução nem sempre tranquila.

Reterimo-nos à Europa, tal como a sentimos, na harmonia do seu destino e na projecção do seu génio, este todo de uma lógica irrefutável, com estratégia excepcional que resulta de uma posição que vai desde as civilizações mediterrâneas até à expansão no Atlântico, para usar de uma feliz expressão de Gonzague de Reynold.

Batida pelos contratempos e invadida, por vezes com eclipses dolorosos, a verdade é que a Europa permanece, criando civilizações e assimilando-as. E para recordar alguns passos de um pequeno estudo que elaborei em 1953, ela, a Europa, «instalou no coração da Hélada o primado da crítica e da exegese dos princípios», «projectando na história de Roma as normas jurídicas contra o imperialismo e as ditaduras», «partejando as nações livres para que

elas erguessem nos seus solos sacrificados as imagens da liberdade e da legalidade» e «emoldurando a Magna Carta insular com a luz dos Direitos do Homem e do Cidadão», «fazendo sulcar os mares desconhecidos com as quilhas das nave descobridoras de novos mundos».

Já não interessam os Césares e os Calígulas, os reis tiranos e os déspotas transitórios; o que importa é o Fórum da velha Roma, Sócrates, Fidias, a Enciclopédia, os Voltaires, os Montaignes, os Descartes, os Goethes, os Shakespeares, os cristãos das catacumbas, sabido que ultrapassadas as horas de demissão é nesta encruzilhada do mundo que se processam os encontros e os desencontros do nosso destino, pois que face aos destemperos lá está o génio grego e o génio de Miguel Ângelo, a presença de Luís de Camões, de Gil Vicente e de Miguel de Cervantes, companheiros latinos e europeus, com os mesmos nervos e com o mesmo coração.

A Europa é uma contínua mutação. Sem desdouro por outras civilizações portentosas é aqui, Sr. Presidente, na imagem de um príncipe indiano ao referir-se a Paris, que bate o coração do mundo e, se esta luz se extingui-se, extingui-se com ela todas as veras conquistas da inteligência e da cultura.

Claro que a Europa de hoje, com os seus blocos e as suas incertezas, não é a mesma Europa de outros tempos, mas nada se poderá modelar de harmonioso e promissor sem o calor e a inspiração do nosso continente.

Essa Europa que fez girar o farol rotativo das resistências contra o fascismo, na luta sem tréguas em que todos nós estivemos empenhados, com os nossos mortos, os nossos heróis e felizmente com a nossa sobrevivência.

Et rien, afin que tout dure, ne dure éternellement, evocando uma outra passagem de Reynold.

A Europa, cabo do Mundo, na afirmativa eloquente de Paul Valéry!

Mas não foi para me ouvir, Sr. Presidente, que a Assembleia da República Portuguesa, em sessão especial, recebe, com as honras merecidas, o grande europeu que se chama Emilio Colombo.

Nestas circunstâncias vou conceder a palavra, além do mais, ao grande amigo de Portugal que é o Presidente do Parlamento da Europa.

Aplausos da Assembleia, de pé.

O Sr. Presidente do Parlamento Europeu (Emilio Colombo): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Embaixadores, Srs. Ministros, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores:

É o Presidente do Parlamento Europeu, mas é também um italiano quem vos está hoje a falar, aqui, neste Parlamento Português. Basta lembrar estas circunstâncias para que fique bem claro para todos o significado deste momento que me leva a expressar, em nome da Assembleia a que tenho a honra de presidir e, se me permitem, em meu nome pessoal, um sincero agradecimento pelo calor do vosso acolhimento, pela amizade demonstrada, pela honra que me conferem ao dar-me a palavra nesta Assembleia. Portugal pertence à Europa, é parte intrínseca dela; mas as circunstâncias de hoje são o testemunho de uma intimidade reencontrada, ou,

melhor ainda, do início de uma nova época em que Portugal e os outros membros da Comunidade decidiram unir-se a fim de contribuírem para a criação de um novo e grande projecto político, o projecto da União Europeia.

Consciente da solidariedade necessária entre os Europeus, a Comunidade seguiu todos os acontecimentos que se foram desenrolando neste país, que, há quatro anos, depois de um longo período de imposição antidemocrática, se lançou no caminho que o conduziria até à liberdade. No percurso já andado Portugal tocou profundamente o ânimo da Europa moderna, pois a Revolução de Abril de 1974 será, sem dúvida alguma, recordada na história como um grande levantamento político que se fez sem causar vítimas e no meio da alegria autêntica de todo o povo.

No caminho então iniciado foram-se rapidamente sucedendo, como pontos culminantes e essenciais, a aprovação de uma nova Constituição, a eleição do Chefe de Estado, eleições políticas livres e a formação dos dois Governos constitucionais do Dr. Mário Soares. Não foi fácil o caminho e não faltaram dúvidas e hesitações, mas o sentido de responsabilidade do povo português e dos seus dirigentes saiu vencedor; assim o novo Portugal surge hoje como um país que soube realizar, em poucos anos e ao mesmo tempo, duas imensas tarefas: pôr termo à experiência colonial e institucionalizar a democracia.

Tal como outros povos europeus durante séculos, Portugal voltou-se para o mar percorrendo o horizonte até África, até ao Brasil, até ao Extremo Oriente, criando realizações de que a história já tirou ou está tirando componentes que nela para sempre permanecerão. Hoje, como outros povos europeus, os Lusitanos voltam-se para o seu próprio continente como nova aventura capaz de mobilizar as suas energias e o seu entusiasmo.

Com efeito, Portugal, em Março de 1977, pediu a sua adesão à Comunidade e, ao apresentar a sua candidatura, o Governo teve o apoio da larguíssima maioria desta Assembleia. Como é óbvio para qualquer pessoa, trata-se antes de mais nada de uma escolha política.

Entrar para a Comunidade significa, com efeito, partilhar os princípios comunitários reafirmados pelos Nove na Declaração aprovada em Dezembro de 1973 em Copenhaga em que, ao definir-se a identidade europeia, se confirmou o desejo que têm os nossos povos de assegurarem o respeito pelos valores jurídicos, políticos e morais a que estão ligados, o propósito que têm de conservarem toda a rica variedade das suas culturas nacionais, a sua afirmação de uma concepção de vida como algo que se destina à construção de uma sociedade ao serviço do homem, a salvaguarda dos princípios da democracia representativa e dos direitos do homem.

Esta correspondência entre o sistema de valores interno e a projecção europeia não é casual e não é também fruto de um acto de vontade mecanicista. Com efeito, ao organizarem a vida nos seus diferentes países, os europeus são movidos pela convicção de que nenhuma sociedade moderna pode prosperar sem que haja no seu seio um diálogo democraticamente aberto a toda a gente e o contributo responsável de todas as forças políticas e sociais que a exis-

tência de instituições livres pode garantir. As opções do documento de Copenhaga são apenas a projecção desta maneira de ser: projecção necessária, pois que nenhum país europeu poderia aceitar um esquema unitário fundado na desigualdade, na opressão de alguns por quaisquer grupos. Foi precisamente por este motivo que vieram a falhar na história da Europa todas as tentativas dos que julgaram poder realizar por esta falsa via a unidade dos nossos países. É, pelo contrário, na democracia e na liberdade, garantes de uma adesão espontânea e autêntica, que surge e é afirmada a ideia da Europa Unida; só nesta correspondência íntima e necessária, entre as normas de vida da sociedade europeia e as dos nossos diferentes países, pode ela viver e progredir.

Isto dar-nos-á também a força para enfrentarmos as graves dificuldades económicas que atingem actualmente, embora de maneira diversa, os países do nosso continente. Tal como outros, Portugal também tem de enfrentar os graves problemas da recessão económica, da inflação e do desemprego, em especial dos jovens. Além destes factores contingentes, existem os da reestruturação da economia, no passado largamente orientado para os territórios do ultramar, e ainda uma certa distância em relação ao desenvolvimento económico médio da Comunidade.

O pedido de adesão de Portugal, como de resto o da Grécia e o da Espanha, põe pois problemas que não são de pouca monta, de que temos todos conhecimento. Esta circunstância não pode no entanto alterar a vontade política já claramente manifestada de receber os países candidatos, pois a estrutura comunitária e a solidariedade que constitui a sua base devem ser capazes de ajudar os países que se preparam para dela fazer parte e os membros actuais que tenham disso necessidade a vencer as suas dificuldades eventuais. Se de facto a Europa soube reconstruir as economias dos Estados que o conflito mundial tinha destruído e soube criar um quadro em que se realizou uma sociedade de bem-estar e de desenvolvimento, não é possível pensar que a sua criatividade e as suas potencialidades não sejam capazes de acolher estes novos desafios do momento presente. O que realmente conta é que os problemas sejam examinados com a vontade de se procurarem soluções adequadas no interesse de todos os membros da Comunidade, tanto actuais como futuros.

E aqui não é mistério para ninguém — seja-me concedido que por instantes fale como o italiano que sou — que o meu país vem há anos defendendo a necessidade de se atenuarem as disparidades existentes dentro da Comunidade, por meio do justo reforço dos instrumentos comuns disponíveis, e sobretudo com um relançamento quer das políticas regionais, sociais, industriais, quer das estruturas agrícolas. Assim, pois, também demos uma importância muito especial aos problemas da agricultura mediterrânea: está em curso uma acção dos Nove que confiamos irá servir para atenuar os desequilíbrios das regiões meridionais da Europa. Sem uma acção deste tipo, a adesão seria muito mais difícil, a vida futura dos membros da Comunidade seria dura e sem futuro algum. Um novo equilíbrio é pois parte de uma estratégia global em que terá o seu lugar a solidariedade comunitária, que se deverá manifestar

em relação a Portugal ainda antes do fim das negociações de adesão e continuará posteriormente por meio da transferência de recursos, no âmbito de políticas comuns oportunamente reforçadas.

Quero recordar, a propósito, que, em relação aos países cuja adesão constituiu o seu primeiro alargamento, a Comunidade demonstrou ter uma grande capacidade de adaptação às necessidades contingentes, conseguindo por meio de negociações, às vezes difíceis, mas de resultado positivo, responder às exigências das partes. Nada nos autoriza a pensar que as coisas não venham a passar-se da mesma maneira nas negociações para a adesão de Portugal. Sem dúvida ser-lhe-á pedido um contributo que põe o problema dos sacrifícios necessários e da sua repartição equitativa. Parece-me no entanto significativa a posição política de empenhamento assumida, em que o problema já está posto e em que o País procede à elaboração do seu plano económico.

Quanto aos prazos, o parecer a apresentar pela Comissão da Comunidade, nos termos do Tratado, sobre o pedido de adesão, é esperado esta primavera e permitirá uma análise profunda dos problemas em causa e das suas possíveis soluções. Não julgo estar a ultrapassar as minhas funções ao expressar o desejo de que o Conselho de Ministros, depois de se ter pronunciado, dê mandato à Comissão para abrir imediatamente as negociações de adesão, em vista da sua rápida conclusão.

Julgo no entanto que este nosso encontro aqui, agora, e toda a reflexão que ele possibilita ficariam incompletos se não lembrássemos que a decisão de regressar a uma situação democrática abriu ao vosso país novas perspectivas, não apenas políticas e económicas, mas também de relações com o exterior.

Nunca o País deixou de desempenhar um certo papel que lhe competia neste campo, dando também uma contribuição positiva para a segurança do mundo ocidental. Mas agora, na perspectiva da adesão, terá também a possibilidade de participar com as outras partes na definição das grandes directrizes — e por vezes das posições específicas — em que se concretiza cada vez mais a política externa da Comunidade, num esforço que permitirá, mais uma vez, à Europa ter estatuto e voz no resto do mundo. Ninguém melhor que o povo português tem consciência da importância, não apenas política, mas também económica, comercial e civilizadora, inerente ao compromisso assim assumido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, que me seja permitido terminar com algumas considerações relativas ao Parlamento a que tenho a honra de presidir. Nos últimos anos este nunca deixou de seguir com a máxima atenção e por vezes com preocupação e inquietação todo o desenrolar dos acontecimentos em Portugal. Sem interferir na livre escolha do vosso país, muito se alegrou com a sua decisão de se dotar de instituições democráticas, tendo-se pronunciado, no decurso de um debate recente, por unanimidade dos grupos políticos nele representados, a favor da aceitação do pedido de adesão de Portugal.

Estou seguro que não deixará de utilizar a sua autoridade política — que a eleição directa deverá sem dúvida acentuar — para que as negociações se façam rapidamente, consciente, tal como as outras

instituições comunitárias, do significado político da adesão.

Queria pois expressar o desejo de que se venham a instaurar entre o Parlamento Europeu e o Parlamento Português, já a partir deste momento, sólidas relações duradouras e diálogo, o que, durante as negociações, não poderá certamente deixar de ter o seu eco positivo.

O Parlamento Europeu, como há pouco o lembrava, está nas vésperas de eleições por sufrágio universal directo. Estas mobilizarão, estamos disso convictos, a opinião pública europeia e sobretudo as novas gerações em redor dos temas da Europa. Os temas da democracia e das funções de uma comunidade alargada, aos quais sois particularmente sensíveis e que, em especial, vos interessam, contar-se-ão certamente entre os principais argumentos em jogo neste encontro eleitoral que vai pela primeira vez congrega, simultaneamente, as forças políticas, as opiniões públicas e os meios de informação dos nossos países.

É pois nesta perspectiva de democracia reforçada que eu saúdo o Parlamento Português e Portugal, ficando à espera do início iminente do nosso trabalho em comum.

(Este discurso foi pronunciado em italiano.)

Aplausos, de pé, dos membros do Governo, do PS, do PSD, do CDS e dos Deputados independentes presentes.

O Sr. **Presidente**: — Está encerrada a sessão.

Eram 18 horas e 5 minutos.

Seguidamente formou-se de novo o cortejo, que acompanhou à saída o Presidente do Parlamento Europeu.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS):

João Francisco Ludovico da Costa.

Partido Social-Democrata (PSD):

Casimiro Gomes Pereira.

Fernando Adriano Pinto.

Jorge Ferreira de Castro.

Manuel Cunha Rodrigues.

Mário Fernando de Campos Pinto.

Centro Democrático Social (CDS):

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.

Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.

Fernando António Lucas Pires.

José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.

Narana Sinai Coissoró.

Independentes:

Carmelinda Maria dos Santos Pereira.

José Justiniano Taboada Brás Pinto.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS):

Albano Pereira da Cunha Pina.

Alberto Arons Braga de Carvalho.

Álvaro Monteiro.
 António Alberto Monteiro de Aguiar.
 António Cândido Macedo.
 António José Sanches Esteves.
 António Magalhães da Silva.
 António Manuel de Oliveira Guterres.
 António Miguel Morais Barreto.
 Aquilino Ribeiro Machado.
 Armando dos Santos Lopes.
 Beatriz Almeida Cal Brandão.
 Bento Elísio de Azevedo.
 Carlos Alberto Andrade Neves.
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.
 Fernando Jaime Pereira de Almeida.
 Fernando Tavares Loureiro.
 Francisco Cardoso Pereira de Oliveira.
 Francisco do Patrocínio Martins.
 Jaime José Matos da Gama.
 Jerónimo da Silva Pereira.
 João da Silva.
 João do Rosário Barreto Henriques.
 Joaquim Oliveira Rodrigues.
 Jorge Augusto Barroso Coutinho.
 José Cândido Rodrigues Pimenta.
 José Luís do Amaral Nunes.
 Luís Abílio da Conceição Cacito.
 Luís Filipe do Nascimento Madeira.
 Manuel Lencastre Menezes de Sousa Figueiredo.
 Manuel da Mata de Cáceres.
 Maria Emília de Melo Moreira da Silva.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Rui Paulo do Vale Valadares.

Partido Social-Democrata (PSD):

Álvaro Barroso Marques de Figueiredo.
 Amândio Anes de Azevedo.
 Amantino Marques Pereira de Lemos.
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo.
 Américo de Sequeira.
 António Augusto Lacerda de Queiroz.
 António Coutinho Monteiro de Freitas.
 António Egidio Fernandes Loja.
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.
 António José dos Santos Moreira da Silva.
 António Manuel Barata Portugal.
 Armando António Correia.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Eduardo José Vieira.
 Fernando José Sequeira Roriz.
 Francisco Barbosa da Costa.
 Henrique Manuel de Pontes Leça.
 João Gabriel Soeiro de Carvalho.
 Jorge de Figueiredo Dias.

José Bento Gonçalves.
 José Ferreira Júnior.
 José Manuel Ribeiro Sérvulo Correia.
 José Theodoro de Jesus da Silva.
 Júlio Maria Alves da Silva.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
 Manuel da Costa Andrade.
 Manuel Sérgio Vila Lobos Menezes.
 Maria Élia Brito Câmara.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Nicolau Gregório de Freitas.
 Olívio da Silva França.

Centro Democrático Social (CDS):

Abel Fernando Coelho Santiago.
 Alvaro Dias de Sousa Ribeiro.
 Carlos Alberto Faria de Almeida.
 Diogo Pinto de Freitas do Amaral.
 Domingos da Silva Pereira.
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.
 Francisco Manuel Farromba Vilela.
 João Gomes de Abreu de Lima.
 José Cunha Simões.
 José Luís Rebocho de Albuquerque Christo.
 José Manuel Cabral Fernandes.
 José Vicente de Jesus Carvalho Cardoso.
 Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.
 Rui Fausto Fernandes Marrana.
 Rui Garcia de Oliveira.
 Rui Mendes Tavares.
 Walter Francisco Burmester Cudell.

Partido Comunista Português (PCP):

António Joaquim Navalha Garcia.
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
 Fernanda Peleja Patrício.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 Jorge do Carmo da Silva Leite.
 José Manuel da Costa Carreira Marques.
 Lino Carvalho de Lima.
 Manuel Pereira Franco.
 Manuel do Rosário Moita.
 Nicolau de Ascensão Madeira Dias Ferreira.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.
 Raul Luís Rodrigues.

União Democrática Popular (UDP):

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

O CHEFE DA DIVISÃO DE REDACÇÃO, *José Pinto*.